

Ata NÚMERO 13
SESSÃO ORDINÁRIA DE 30 DE novembro DE 2011

Aos 30 dias do mês de novembro do ano de dois mil e onze, reuniu, ordinariamente pelas 20.30 horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Amarante, a Assembleia Municipal de Amarante.

A Mesa da Assembleia Municipal foi constituída pelos senhores: Dr. Pedro Leonel Dias Marques da Cunha, o senhor Manuel Antunes de Magalhães e o senhor Professor Carlos Marques da Silva Macedo em substituição da senhora Dra Olga Sãoões, respetivamente Presidente e Secretários.

A Câmara Municipal fez-se representar pelos senhores Dr. Armindo José da Cunha Abreu, Dr. Abel Coelho, Senhor Carlos Pereira, Dr. Hélder Ferreira, Eng. Carlos Carvalho e o Dr. António Araújo, respetivamente Presidente da Câmara e Vereadores.

Feita a chamada verificou-se que estavam presentes os senhores:

Pedro Cunha, Ercília Gonçalves Costa, Amélia Oliveira, Raimundo Carvalho, Luís Rua Van Zeller Macedo, Avelino Teixeira Carmo, Henrique Batista, Olívia da Conceição Carvalho, **Manuel Teixeira Pinheiro**, Eduardo Jorge Medeiros Pinto, Carlos Marques Silva Macedo, Manuel Basto Carvalho, Manuel Antunes de Magalhães, Cristina Lucinda Teixeira, Carla Babo, Joaquim Cândido Leite Moreira, Carlos Manuel Azevedo Pereira, Fernando Silva Soares Carneiro, Sara Maia, Maria Rosa Castro Estebaíña, **José António Ribeiro**, Vítor Briga Rei, Marco Carneiro, **Nuno Freitas**, Pedro Varejão Reis, Sandra Marinho, **Jorge Daniel Bessa Pinto**, José Augusto Silva, Hélder Justino Barros, Fernando Carlos Cerqueira, Luís Manuel Valente Teixeira, Adriano Santos, Susana de Fátima Mesquita Ribeiro, Natália Gonçalves, Manuel Cândido Mendes Costa, Luís Teixeira Ricardo, José Francisco Rodrigues, António Duarte, Ana Rita Batista e Maria de Fátima Peixoto.

Estavam também presentes os Presidentes de Junta de Freguesia de:

AMARANTE (S. GONÇALO) – Artur Correia
ABOADELA – António Joaquim R. Gonçalves
ABOIM – Manuel Agostinho F. Moura
ANSIÃES – Armando Batista Carvalho
ATAÍDE – Lino Manuel S. Macedo
BUSTELO – Carlos Alberto Pereira Gomes

CANADELO – António Dias Vitória
CANDEMIL – Manuel Fernando Coelho
CARNEIRO – Joaquim Briga
CEPELOS – Américo Paulo S. Ribeiro
CHAPA - António Cândido Alves Pinheiro
FIGUEIRÓ (St^a Cristina) – Fernando Teixeira Mendes
FIGUEIRÓ – Daniel Pinheiro
FREGIM – Joaquim Ribeiro Sousa e Castro
FREIXO DE BAIXO – Alfredo Carvalho
FREIXO DE CIMA – Abílio Neves
FRIDÃO – José Manuel Magalhães Teixeira
GATÃO - Joaquim Augusto Pinto Coelho
GONDAR – António Bastos Teixeira
GOUVEIA S. SIMÃO – Liliana Ribeiro
JAZENTE – Manuel Pinheiro
LOMBA –Paulo Vasconcelos,
LOUREDO – Carlos Magalhães
LUFREI – António Alexandrino F. Magalhães
MADALENA – António Pinheiro, substituído por Alfredo Carvalho
MANCELOS – Carlos César Carvalho
OLIVEIRA - Vítor Hugo Rocha Vieira
OLO – Manuel António Leite Ribeiro,
PADRONELO – Luís Silva
REAL – José Augusto Sousa Oliveira
REBORDELO – José Meireles Machado,
SALVADOR – António Gomes Pinheiro
SANCHE – Henrique Monteiro
TELÕES – Domingos Teixeira Pinheiro
TRAVANCA – Fernando Cunha
VARZEA – Abílio Sampaio
VILA CAÍZ – António Jorge Vieira Ricardo
VILA CHÃ – Rui Coelho
VILA GARCIA – Manuel Teixeira

Foi de imediato dada posse como membro da Assembleia Municipal ao senhor **Professor Nuno Freitas** que substituiu nesta sessão o senhor deputado António Alcino Norte Simões.

Feita a chamada e verificada a existência de Quórum foi dado início à leitura da correspondência e ao Período de Antes da Ordem do Dia.

Deu entrada na Mesa da Assembleia Municipal uma proposta sob título **“Grupo de trabalho para análise, debate e apresentação de propostas sobre a reforma da administração local”**, subscrita pelo senhor deputado do PSD Dr. Vítor Briga Rei, que foi lida na íntegra pelo senhor Presidente da Assembleia e que a seguir se transcreve:

“Tendo em conta que já foi lançado o debate sobre a Reforma da Administração Local, no seguimento daquilo que se encontra previsto no memorando de entendimento estabelecido entre o Governo de Portugal, a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Fundo Monetário Internacional;

Tendo em conta que já foram estabelecidas as principais linhas orientadoras e os critérios base para a implementação desta Reforma;

Tendo em conta que se torna premente a antecipação de eventuais pontos de debate e a procura de consensos por forma a suavizar as eventuais consequências da Reforma junto das populações;

Considerando que o debate deve ser alargado a todos os setores representativos da população;

Propõe-se a criação, na Assembleia Municipal de Amarante de um Grupo de Trabalho para análise, debate e apresentação de propostas sobre a reforma da Administração local, com a seguinte composição:

- Um elemento representativo de cada Grupo Municipal com assento na Assembleia Municipal de Amarante;

- Um elemento representativo dos Presidentes de Junta de Freguesia eleitos pelo PSD;

- Um elemento representativo dos Presidentes de Junta de Freguesia eleitos pelo PS;

- Um elemento representativo dos Presidentes de Junta de Freguesia eleitos em lista independente.”

Lida a proposta, foi a mesma posta à votação para poder ser discutida. Admitida a proposta, usaram da palavra os senhores:

PROF. CANDIDO MOREIRA – PS

No uso da palavra o senhor deputado começou por dizer que os partidos deviam fazer um debate sério acerca deste assunto. Para isso está já marcado para o dia 12 de dezembro. Havendo um debate já marcado, não se percebe porquê tanta pressa por parte do PSD. Neste momento há apenas uma intenção do governo, até porque haverá certamente legislação que vá regulamentar todo este processo. Não há ainda informação rigorosa sobre o assunto. Toda a gente sabe que a maioria dos Presidentes de Câmara do PSD estão contra esta reforma e ameaçam até que se a reforma avançar irão para Lisboa para tentar travar o processo.

Disse também que se a reforma vier a acontecer, e com ela vier a haver uma repartição de competências, não percebe onde se vão buscar mais meios financeiros que a possam suportar. Neste momento, não há condições para fazer a reforma. O Partido Socialista votará contra qualquer proposta até que haja uma lei habilitante.

DR. VITOR REI – PSD

No uso da palavra, disse ao senhor deputado Prof. Cândido Moreira que ele está a confundir as competências dos partidos e da Assembleia Municipal. Não percebeu a proposta. Leu parte do documento da Troika, onde essa redução é apontada, assinada pelo então Primeiro Ministro José Sócrates. Aliás a posição do PS local, parece não ser coincidente com a do PS nacional.

PROF. CANDIDO MOREIRA – PS

No uso da palavra, disse que conhecia o texto que o Dr. Vítor refere, porque foi à reunião onde foi discutido. A proposta do PS ia no sentido de

fundir municípios e freguesias, proposta essa que levaria a que se fundissem 800 freguesias. Já tinham encetado uma série de debates para estudar a reforma, sendo que o primeiro foi realizado em Braga. O que acontece agora, é que o senhor ministro dos Assuntos Parlamentares, depois de ter ido ao congresso da ANMP, disse que depois de ter falado com a Troika, foi acertado que os municípios não fundiriam e apenas fundiriam as freguesias. Todos sabemos que os municípios tem peso político, mas as freguesias tem um elevado peso social.

Ainda vai gostar de ver qual será o governo, seja ele qual for, como é que vão resolver o problema no âmbito das Assembleias Municipais, quando as freguesias se recusarem a fazer a malha. Haverá algum governo que a faça?

Nessa reunião a Troika, quando confrontada com a despesa pública, perguntou como resolver o problema dos municípios falidos, questionando se não seria melhor nessa altura fundi-los. De imediato o representante da ANAFRE, respondeu-lhe que isso nunca, porque isso sim era um atentado ao poder local.

DRA. ERCILIA COSTA – PS

No uso da palavra, começou por dizer que as reuniões de líderes deviam ser marcadas com pelo menos 48 horas. Por outro lado não percebe a pressa em discutir hoje este assunto, quando podia ter sido agendado para ser discutido hoje. O PSD sabe que esta reforma administrativa vai cair, porque o que está em discussão neste momento é o livro verde que todos sabem estar cheio de incongruências.

ENG. HENRIQUE Batista – IND

No uso da palavra perguntou ao senhor Presidente da Assembleia qual a composição do grupo de trabalho?

O senhor Presidente leu de novo a composição do grupo de trabalho. Perante esta nova leitura, o senhor deputado Eng. Henrique Batista disse-lhe que mais uma vez se mantém a arbitrariedade na composição dos grupos de trabalho. Ele, na condição de independente afinal não faz parte da referida comissão.

DR. VITOR REI – PSD

O senhor deputado referiu que na composição do grupo de trabalho apenas consta um elemento de cada força política eleita para a Assembleia Municipal. O senhor deputado Henrique Batista como independente não faz parte, neste momento de nenhuma das forças eleitas.

ENG. HENRIQUE Batista – IND

No uso da palavra disse ao senhor Presidente da Assembleia Municipal que quem o colocou na situação de independente foi ele. Sendo assim porque é que não o convoca para as reuniões preparatórias da Assembleia Municipal?

ANTÓNIO DUARTE – CDU

Questionou porque é que não consta a CDU na composição do grupo de trabalho? Todos sabemos o que está por detrás desta reforma. A CDU está disposta a discutir a regionalização, mas pelos vistos o PSD parece que não.

Como não havia mais nenhum senhor deputado inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato à votação da proposta. Apuraram-se os seguintes resultados:

VOTOS A FAVOR – 25

ABSTENÇÕES - 14

VOTOS CONTRA – 41

Perante este resultado a proposta foi rejeitada.

O Período de Antes da Ordem do Dia continuou com as intervenções dos senhores:

ENG. LUIS VAN ZELLER – PSD

No uso da palavra começou por dizer que ia falar na qualidade de representante da Comissão de Acompanhamento da Barragem de Fridão. Foi nessa qualidade que disse aos presentes que entregou à Mesa um CD com todo o historial e documentos do processo que solicitou fosse reproduzido para os líderes dos partidos. Nesse CD, o anexo 1 e 2 refere-se ao RECAPE. O anexo 6 refere-se ao parecer da Comissão de Avaliação do RECAPE.

Continuou a intervenção dizendo que o INGA será hoje o responsável pelo licenciamento. O Parecer dessa comissão aponta imensas falhas no processo. O parecer da Comissão da Avaliação aponta para imensas falhas. Na fase de consulta pública que decorreu de 7 a 22 de julho. Houve muitas entidades, a maioria delas sedeadas a montante da Barragem que apontam vários erros e apresentam várias sugestões. Leu a parte do relatório em que se diz que o município de Amarante, não apresentou dentro do prazo legal para o efeito qualquer reclamação. As que apresentou não foram consideradas.

Continuou a sua intervenção dizendo que na ata nº 17 da reunião de Câmara, pode ler-se que os senhores Vereadores do PSD se abstiveram, onde dizem que se abstiveram porque o relatório em nada contribui para alterar a posição do PSD em oposição à construção da barragem de Fridão.

Relativamente aos riscos, a comissão de avaliação do RECAPE diz que os amarantinos tem o direito de ser informados acerca dos riscos a que estão sujeitos, sobre as medidas adotadas e a adotar com vista a prevenir ou a minimizar efeitos de um acidente grave ou catástrofe a que se encontram expostos. É de salientar que o RECAPE continua a não esclarecer qual o número de vidas em causa em caso de acidente. É com base nestes pressupostos que está um processo a decorrer no Tribunal administrativo de Penafiel.

Referiu de seguida à questão de eutrofização das águas, assunto que já versou em duas sessões anteriores, para perguntar porque é que não

se incluiu neste estudo a modulação e a avaliação do impacto na qualidade da água da albufeira do Torrão, uma vez que essas águas são exploradas pela mesma empresa. Muitas das medidas previstas no processo do impacto ambiental do empreendimento hidroelétrico de Fridão, visam também melhorar a qualidade da água do Torrão. A elevada eutrofização do Torrão associada à também elevada concentração de fósforo, implica um elevado risco da eutrofização das águas das albufeiras do empreendimento hidroelétrico de Fridão.

Ainda há bem pouco tempo, em finais de outubro, o rio Tâmega esteve totalmente eutrofizado, tendo o rio ficado um autêntico manto verde, que só desapareceu à medida que as noites foram ficando mais frias.

Muitos destes problemas devem-se também à poluição do Rio Tâmega. A ir para a frente a construção da Barragem, este assunto devia ser tratado antes. Resta a esperança de que as posições tomadas pela atual Ministra da Agricultura e Ambiente vão em frente, porque sabe-se hoje que a EDP está com muitas dificuldades em conseguir financiamento para avançar com a obra. De resto, não é por acaso que já foi suspensa a construção da Barragem do Alvito. A EDP fala neste momento numa derrapagem em Fridão. O que é que essa derrapagem quer dizer? Será que vai sair o euromilhões também a Amarante?

Será que vamos ter a mesma sorte?

DRA. ERCILIA COSTA – PS

No uso da palavra, começou por dizer que foi hoje aprovado o Orçamento de Estado. Vieram quase no mesmo instante à praça pública o Dr. Miguel Cadilhe e o Dr. Bagão Félix criticar o orçamento pelas medidas austeras que contém. É uma voragem fiscal endémica. É exemplo disso o aumento do IVA na restauração. Leu partes do texto de Bagão Félix, onde diz que começa a haver uma obsessão fiscal. Miguel Cadilhe diz que tem de haver reformas estruturais. Estas medidas estão a tornar-se num ciclo vicioso. Medidas estruturais para o país não aparecem. Que desempenho económico para 2012? Que futuro para os jovens quando se verifica que estamos perante a maior taxa de desemprego que algum dia se viu? Um em cada três jovens não tem emprego e ainda ouvem o Secretário de Estado dizer que o futuro é emigrar.

Em 5 meses já nos cortaram tanto que é caso para perguntar como é que vai ser o futuro? A troika não nos vai dar nada e apenas está a tomar medidas que vão de encontro às políticas do PSD. O estado social tem de ser imediatamente revisto, porque a continuar assim não nos leva a solidariedade nenhuma.

Terminou a sua intervenção dizendo que gostava de ter visto hoje o PSD a elogiar a assinatura do protocolo que permite em criar em Amarante uma incubadora de empresas do Tâmega, que permite a criação de 70 entidades de base tecnológica nos próximos três anos. A criação deste ninho de empresas prevê um investimento de cerca de 4 milhões de euros.

DR. VITOR REI – PSD

No uso da palavra começou por dizer que também hoje pode ser dito que foi o Partido Socialista que levou o país à falência, pois é o Partido Socialista o principal responsável pela situação que hoje vivemos.

Disse ainda que no passado mês de fevereiro foi aprovada uma deliberação de título “Amarante sem barreiras”. Perguntou o que foi feito até hoje para lhe dar cumprimento?

ENG. HENRIQUE Batista – IND

No uso da palavra manifestou total desacordo com a decisão da Mesa da Assembleia Municipal, que de acordo com a Comissão política do PSD, o colocou na situação de Independente. A intervenção do senhor deputado encontra-se nos anexos desta ata onde poderá ser lida na integra.

PROF. CANDIDO MOREIRA – PS

No uso da palavra, o senhor deputado disse ao Dr. Vítor Rei que não foi o PS que arruinou o país. É verdade que o governo do PS fez investimentos bons, mas também alguns maus. É discutível porque boas ou más as obras estão aí. Onde está o dinheiro do BPN? O senhor deputado não falou nisso porque envolve gente do seu partido. Muitos desses é que contribuíram para a ruína.

DRA. ERCILIA COSTA - PS

Usou da palavra para questionar os presentes se também foi o Engenheiro Sócrates o responsável pela crise na Grécia, na Espanha, na Irlanda etc.

PROF. NUNO FREITAS – BE

No uso da palavra, o senhor deputado começou mostrar o descontentamento e preocupação pelo estado em que ficaram as bermas e os passeios depois da colocação do gás na cidade. É necessário responsabilizar a empresa pelo mau serviço que deixou feito. Perguntou ao senhor Presidente da Câmara o que fez para minorar os problemas? Amarante e os seus munícipes mereciam melhor.

Continuou a intervenção referindo-se à Linha do Tâmega, dizendo que não nos podemos esquecer que é importante para Amarante e para o seu desenvolvimento. Perguntou o que podem esperar os Amarantinos desta Câmara na defesa da Linha? Foram dadas algumas garantias? Que alternativas se oferecem?

Disse ainda que gostava também de saber qual a opinião do PSD neste momento. Espera que não se tenham esquecido. A população de Amarante não perdoará mais uma para o saco do esquecimento.

Referiu ainda os ecopontos subterrâneos da beira-rio e na Rua António Carneiro, perguntando se existem lá apenas por uma questão de

estética? Ou foi um erro de avaliação? Ou será para os apanhados? Como estão fechados e sem serventia não devem continuar.

Continuou a intervenção referindo a iluminação do Arquinho que carece de reforço, porque é manifestamente insuficiente. E para quando o fim das obras no referido Largo, decorridos que são três anos do seu início.

Terminou a sua intervenção perguntando para quando o fim da construção do Centro Escolar de Figueiró de localização discutível, mas que não discute a legitimidade da opção. Perguntou também quando é que acabam as obras do espaço envolvente do Cemitério de Figueiró.

DR. ANTÓNIO RICARDO – PRESIDENTE DA JUNTA DE VILA CAÍZ

No uso da palavra, começou por perguntar ao senhor Eng. Van Zeller se ele no uso da palavra o fez como elemento do PSD ou como membro da Comissão de Acompanhamento da Barragem de Fridão? O tempo que usa é descontado no tempo do PSD? Foi-lhe dito que o tempo que usa é descontado no do PSD.

Continuou a intervenção dizendo que é preciso repensar hoje quais os motivos que levam alguém a ser deputado Municipal. As trocas de acusações entre uns e outros são de lamentar. Isto não é forma de fazer política. É verdade que o PSD está neste momento a implementar medidas difíceis. São efetivamente medidas que estão a por em causa postos de trabalho e o rendimento das pessoas. Mas tinham, de ser tomadas. Será que não devemos olhar para trás para encontramos as razões que nos trouxeram até aqui? Admite que o PSD tenha também alguma culpa, mas nos últimos 16 anos quem governou os últimos 13 foram o PS.

ENG. HENRIQUE Batista – IND

No uso da palavra, referiu a intervenção da Dra. Ercília Costa quando ela diz que o projeto de Incubadora de Empresas do Tâmega envolve uma verba de 3 milhões de euros. Não disse qual a percentagem com que a Câmara de Amarante vai entrar nesses 3 milhões.

Disse de seguida que o PSD é a sua família política e não tem presente que na sua "família" hajam ladrões.

SR. PRESIDENTE DA CÂMARA – DR. ARMINDO ABREU

O senhor Presidente da Câmara, antes de dar início ao período de esclarecimentos aos senhores deputados, fez a entrega ao senhor deputado Eng. Henrique Batista de um CD com o inventário da Câmara e a relação da participação financeira da Câmara nas empresas de que faz parte.

Respondeu de seguida ao senhor engenheiro Van Zeller a quem disse que a Autoridade Portuguesa do Ambiente deu um parecer favorável ao estudo do impacto ambiental, sob a condição de serem cumpridos alguns requisitos. Não está em causa o parecer favorável para a construção da Barragem. Como a declaração de impacto ambiental é condicionada, a concessionária do empreendimento terá de demonstrar que está a cumprir

as obrigações da DIA. É claro que podemos levantar dúvidas em cada virgula. A Comissão de Acompanhamento deve esperar tranquilamente as decisões do Tribunal sobre a ação que interpuseram.

Disse também que nunca ouviu nada acerca de ser suspensa a construção da Barragem por questões económicas por parte da EDP. Agora. Já ouviu o atual ministro dizer que provavelmente iriam ser suspensos todos os empreendimentos hídricos. Neste momento, suspenderam mesmo a construção de algumas. A ser verdade para todas fica contente e não se admira se isso vier mesmo a acontecer, porque este governo, com muita propaganda à mistura apostou em empurrar os problemas para a frente.

De resto, na maior parte dos ministérios nem tempo há para governar. A prova é que estão há meses à espera à espera de pareceres. É exemplo disso a obra do Emissário dos esgotos para a nova ETAR e também da ETAR do Rio Ovelha e da Estação de Tratamento de Vila Meã. São três obras que se avançassem, aguentariam pequenas e médias e empresas durante muito tempo e que evitaria a médio prazo a falência de algumas delas. Há muita obra que podia desde já avançar, e isso só não acontece, porque simplesmente o governo não sabe muito bem o que anda a fazer. Isso é claro, quando por exemplo o senhor Ministro dos Assuntos Parlamentares trata mal os Presidentes das Câmaras, quando quis avançar com a fusão dos municípios, mas percebeu que a maioria era do PSD e como seria fácil empurrou para as freguesias. A Troika nunca disse que era preciso fundir as freguesias. Ficou também a perceber nesta mesma altura que um tal Luís Duque é também uma competência. Não admite que o Dr. Miguel Relvas o insulte enquanto Presidente de Câmara.

Quanto à eutrofização e se o projeto do emissário avançar rapidamente, vamos ter muito menos fósforo nas águas. Agora, é preciso que o Ministério dê autorização para que a obra avance. Basta que os autarcas do PSD queiram que o senhor Ministro da Economia suspenda as obras. Há é depois o problema de se ter de se indemnizar os concessionários.

Disse de seguida ao Dr. Vítor Rei que as recomendações recomendam e o PSD bem sabe que a mobilidade está resolvida onde isso foi possível.

Respondeu de seguida ao senhor deputado do BE dizendo-lhe que o tiver de ser reparado na rede de gás levada a efeito na Rua 31 de janeiro, será a seu tempo reparado.

Quanto à linha do Tâmega disse-lhe que foi decidido pelo atual governo que ficam desativadas as linhas do Tâmega, Corgo e Figueira da Foz. O Secretário de Estado mentiu, quando num programa de televisão disse que convocaria os Presidentes de Câmara dos concelhos envolvidos nessa desativação e não o fez. O que é facto é que o município de Amarante tem uma audiência pedida há vários meses e até ainda não conseguiu reunir.

Os ecopontos estão acessíveis, vai ver o que se passa. Relativamente à iluminação no Largo Conselheiro António Cândido, disse que a iluminação é suficiente. É de cor branca e por isso não dispersa tanto como a amarela.

Terminado este período da Assembleia passou-se de imediato ao período destinado às intervenções do público. Como ninguém se inscreveu passou de imediato ao período da Ordem do Dia.

PERIODO DA ORDEM DO DIA

PONTO N° 1 – Ata DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 24/09/2011

Relativamente a este ponto usaram da palavra os senhores:

SR. ANTONIO DUARTE – CDU

O senhor deputado, no uso da palavra solicitou que na página 6 da ata, no texto da sua intervenção fosse corrigido o seguinte: No segundo paragrafo, linha 2 onde se lê “a luta” deve ler-se “à luta”. No mesmo parágrafo, linha 5, onde se lê “entretanto forma criados...” deve ler-se “entretanto forem criados horários compatíveis entre a linha do Tâmega e o prolongamento da linha do Marco e Caíde de Rei...”.

DR. VITOR REI – PSD

O senhor deputado solicitou as seguintes correções:

No texto da sua intervenção, na página 9, onde se lê “concordava com a taxa 0.2, embora também lhe pareça...” deve ler-se, “concordava com a taxa de 0.2, embora também lhe queira parecer que quem tem uma taxa de 0.7 deve pedir uma reavaliação...”.

PROF. PAULO VASCONCELOS – PRESIDENTE DA JUNTA DA LOMBA

Na página 3, linha 4, onde se lê “...pede a eliminação de 1000 a 1500 freguesias o que leva a restem.” Deve ler-se “...pede a eliminação de 1000 a 1500 freguesias o que faz com que restem cerca de 35% de freguesias a menos.”

O senhor deputado **Eng. Luís Van Zeller** solicitou também que na página 9 da ata, no texto da sua intervenção onde se lê “...em Espanha/Verim, até à sua for...” deve ler-se “...em Espanha/Verim, até à sua foz...”.

Foi também acrescentado o nome do senhor deputado **Luís Manuel Valente Teixeira** na lista de presenças, que embora estivesse estado presente não constava.

Como não havia mais nenhum senhor deputado inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato à votação. Apuraram-se os seguintes resultados:

VOTOS CONTRA: 0

ABSTENÇÕES – 9

VOTOS A FAVOR – 67

A ata foi também aprovada em Minuta com uma abstenção do senhor deputado Eng. Henrique Batista, que fez uma declaração de voto dizendo que se absteve porque não esteve presente na última sessão.

PONTO Nº 4 – ANÁLISE E DISCUSSÃO DO RELATÓRIO DAS Atividades DO MUNICÍPIO E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

Usaram da palavra os senhores:

ENG. HENRIQUE Batista – PSD

No uso da palavra disse que retirava uma intervenção que tinha preparada, porque relacionava-se com o inventário e a participação do município em empresas e organismos, que lhe foi fornecido pelo senhor Presidente da Câmara em CD.

PROF. PAULO VASCONCELOS - PRESIDENTE DA JUNTA DA LOMBA

No uso da palavra felicitou a Câmara pela obra que está a levar a efeito no troço da estrada entre o Km 761/762, obra que já há muito a freguesia reclamava.

PONTO Nº 5 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA IIª REVISÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2011 E ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL

Relativamente a este ponto nenhum senhor deputado usou da palavra, o que levou que de imediato fosse posto à votação.

Apuraram-se os seguintes resultados:

VOTOS CONTRA – 0

ABSTENÇÕES – 15

VOTOS A FAVOR – 54

O documento foi também aprovado em minuta por Unanimidade.

PONTO Nº 6 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM

Usaram da palavra os senhores:

SR. FERNANDO CARNEIRO – PSD

O senhor deputado usou da palavra para dizer que terão o mesmo sentido de voto do ano anterior. Se no passado se conclui que o valor arrecadado pelo município era ridículo, segundo palavras do senhor Presidente da Câmara na altura, que sentido faz agora aplicá-las de novo? Por outro lado, não deixa de ser uma taxa aplicada a todos os Amarantinos. Que apesar do valor que tem, não deixa de ser mais uma taxa.

Usou de seguida a palavra o senhor Presidente da Câmara que disse ao senhor deputado Fernando Carneiro que a taxa que ele pagava andava à volta de 2 cêntimos. É esse o valor que os incomoda?

Como não havia mais nenhum senhor deputado inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato à votação deste ponto da agenda de trabalhos. Apuraram-se os seguintes resultados:

VOTOS CONTRA: - 14

ABSTENÇÕES – 1

VOTOS A FAVOR – 56

Foi também aprovado em minuta por Unanimidade

PONTO Nº 7 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA 2012 E Respetivos ANEXOS (ORÇAMENTO DA RECEITA E DESPESA, PPI, GOP, S E MAPA DE PESSOAL)

Usaram da palavra relativamente a este ponto os senhores:

DR. VITOR REI – PSD

No uso da palavra, o senhor deputado começou por dizer que antes de se debruçar sobre os documentos previsionais para o ano 2012, não queria deixar de demonstrar solidariedade para com os senhores Vereadores do PSD e repudiar o comportamento do Partido Socialista no Executivo naquilo que é usualmente, caracterizado como “5-4, mandamos nós”.

Referiu de seguida que ao contrário de anos anteriores, este ano não houve troca de ideias com os Vereadores do PSD, sobre as matérias do Orçamento Municipal, apesar de em 18 de dezembro de 2010, o senhor Presidente da Câmara ter prometido que o iria fazer com tempo. É obvio que em dois dias não é possível analisar a proposta nem propor alterações.

Continuou a intervenção para perguntar qual a estratégia orientadora de investimento subjacente à criação do documento, uma vez que ela não existe.

Em que aspetos este documento é inovador relativamente aos apresentados nos anos anteriores? Apresenta-se como uma espécie de colar/copiar daqueles que foram apresentados em anos transatos. Dá ideia que a única estratégia que lhe é subjacente é o receber e gastar mediante a conveniência. Se houver gasta-se aqui ou ali, se não houver paciência, também não faz falta, porque fica para o ano.

Quanto aos protocolos com as Juntas de Freguesia, denota-se que há falta de confiança do Partido Socialista na gestão dos Presidentes das Juntas de Freguesia. Dão migalhas. Faz-se uma grande festa com os protocolos, mas se formos ver. Se somarmos todas as transferências para as Juntas de Freguesia, nem 3% do valor total das receitas previstas o município é transferido para as Juntas de Freguesia. Como é que numa Junta se pode programar um investimento para um prazo de 3 ou 4 anos se não se sabe se no ano seguinte vai receber e quanto?

Mais uma vez o Partido Socialista vem tentar tapar os olhos dos senhores Presidentes de Junta que, de bom grado recebem este valor, mas sabem que com ele pouco podem fazer.

Por último é bom notar que no ano 2010, após ter ganho as eleições em 2009, o Partido Socialista não celebrou protocolos com as Juntas de Freguesia. No ano 2011 celebrou protocolos atribuindo valores irrisórios; para o ano 2012 propõe um valor bem abaixo daquilo que seria exigível. Como vai ser até às eleições de 2013?

Por tudo o que ficou dito, O grupo Municipal do PSD votará contra a aprovação destes documentos, conferindo liberdade de voto aos seus Presidentes de Junta de Freguesia.

PROF. NUNO FREITAS – BE

No uso da palavra o senhor deputado disse que gostaria de chamar a atenção para uma situação constante do documento e que se refere à contratação de técnicos para a dinamização das AEC's e respetiva colocação nos Agrupamentos de Escola.

A tradição saída da 1ª República que durante algum tempo (até 1918) teve a seu cargo a operacionalização de ensino primário obrigatório e muito mal leva-me a querer partilhar com este Executivo Camarário e Assembleia Municipal esta reflexão e apenas só isto, (não estamos a defender a municipalização da educação, que não apoiamos por não ser a melhor coisa para a educação/ensino, nem para os professores nem para os alunos e consequentemente para os alunos).

Ponderados os encargos financeiros para a autarquia e outros a considerar, os mesmos deviam ser integrados nos seus quadros. São técnicos/professores que irão ter pela frente muitos anos, toda uma vida a continuáramos a saltar de crise em crise como tem sido até aqui, sem verem o seu futuro e o presente já não existe para eles. E se as AEC's são para se manterem nos próximos anos e a componente de apoio à família também, o que se compreende, apoia e recomenda como medida necessária, embora precise de ajustes a montante e a jusante, para que cumpra de forma cabal a filosofia da sua implementação e tenha a qualidade, que lhe é exigida, então seria pertinente que esta Câmara coma "cumplicidade" desta Assembleia Municipal, tomasse em mãos e criasse um corpo de docentes para estas áreas. De acordo com parâmetros a definir, contribuindo de alguma forma para a resolução de uma parte do problema do desemprego e precariedade, no seio do pessoal docente deste concelho.

DRA. ERCILIA COSTA – PS

No uso da palavra, a senhora deputada perguntou ao Dr. Vítor Rei se por acaso ele sabia qual o valor da verba transferida do governo para as autarquias? Provavelmente vai ter de ser repensada a construção dos centros escolares.

Em relação á intervenção do orador anterior disse que oxalá se mantenham as AEC's. Referiu-se também à hipótese da retirada do apoio aos passes escolares. Se isso, vier a acontecer, será mais um golpe no combate que este governo começou a travar contra o ensino público.

SR. ANTÓNIO DUARTE – CDU

No uso da palavra o senhor deputado leu parte do relatório dos documentos previsionais, onde se diz “este instrumento de gestão encontra-se associado ao Orçamento de Estado para o mesmo ano de que ressalta, pelo facto de ainda perdurar a grave crise resultante do alastramento da crise soberana num sistema de fragilidade do sistema bancário”. Disse que concordava com estas palavras. Estas palavras levam-nos a repensar que o capitalismo e o neoliberalismo autoritário à escala global, está a cavar a sua própria sepultura. Afinal parece que o capitalismo começa a ser uma utopia. Continua a acreditar que o futuro da humanidade é o socialismo, onde provavelmente teriam de ser corrigidos alguns dos erros do passado.

PROF. CANDIDO MOREIRA – PS

No uso da palavra, dirigindo-se em particular ao senhor deputado Dr. Vítor Rei, disse-lhe que o debate das questões por ele apontadas devia em primeiro lugar debruçar-se no facto de sabermos se as competências que as Câmaras passam para as juntas de freguesia correspondem ou não aos meios financeiros destinados ao seu cumprimento. É preciso também saber se neste momento o conjunto de competências que a Câmara transferiu para as freguesias é adequado ou desadequado. Depois era também importante trazer para o debate se os 125 milhões de euros que os municípios receberam a menos, não vão ter implicações no desempenho das freguesias.

É também importante ficar a saber que todas as freguesias foram contempladas com protocolos. Deu o exemplo de um município próximo do nosso que tirou competências às freguesias, só porque os presidentes das juntas não assinaram um protocolo com a EDP. Não é difícil de perceber que alguns dessas juntas tiveram de dispensar pessoal.

Continuou a sua intervenção dizendo que neste Orçamento todas as freguesias tem protocolos elaborados com base nos mesmos critérios para todos e sempre pagos atempadamente. Há municípios onde não se pagam a verbas dos protocolos há 4 ou 5 anos. As verbas devem ser distribuídas de acordo com as competências atribuídas a cada freguesia.

ENG. HENRIQUE Batista – IND

No uso da palavra, o senhor deputado questionou a Câmara no sentido de saber o porquê da inclusão de um médico veterinário na Divisão de Gestão Urbanística. O mesmo se passa com o facto de constar no GAP um lugar de Técnico de Higiene e Saúde Ambiental. Disse também que pela primeira vez vai votar a favor dos documentos previsionais, porque o seu partido tinha obrigação de apresentar alternativas e não o fez.

Entretanto, o senhor Presidente da Câmara autorizou o senhor **Vereador Dr. António Araújo** a usar da palavra. No uso da mesma, começou por dizer ao orador anterior que tinha de ser ele logo ele a criticar os Vereadores do PSD. Se estamos cá é porque o PSD nos incluiu nas listas e por isso fomos eleitos. Disse que não apresentaram alternativas nem sugestões porque este ano o senhor Presidente da Câmara não convidou os Vereadores do PSD a colaborarem na conceção do

orçamento. Embora as sugestões nem sempre fossem consideradas eram pelo menos estudadas. Por isso este ano, como forma de protesto, faltaram à reunião do executivo onde foram discutidos os documentos previsionais e como tal assumem a responsabilidade dessa atitude.

DR. ARMINDO ABREU – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra, o senhor Presidente da Câmara começou por dizer que não era a primeira vez que o PSD pedia o adiamento da discussão. Foi numa situação de turbulência que o Orçamento foi elaborado. Não se sabia sequer qual a verba do orçamento geral de estado que iria tocar a Amarante. Por outro lado as sugestões que o PSD normalmente apresenta, vão no sentido de acrescentar mais obras para as juntas de freguesia.

A estratégia está já definida para este mandato. As percentagens para as Juntas de Freguesia devem ser retiradas das receitas de capital. O município de Amarante é dos que faz mas transferências para as Juntas. Delibera e paga.

Respondeu de seguida ao senhor deputado Professor Nuno Freitas dizendo-lhe que apenas falta na Obra de Figueiró o ajardinamento. Está em plano a obra até à igreja. Disse também que as AEC's são uma mais valia. Não sabe se este governo vai ou não acabar com isso. A Câmara não tem quadro de professores. As AEC's deviam passar a ser uma obrigação.

Disse ao senhor deputado António Duarte que também é favor do socialismo, mas sem passar pelo comunismo.

Terminou a intervenção dizendo ao senhor deputado Eng, Henrique Batista que o veterinário está na inspeção veterinária que faz parte dos serviços da divisão de urbanismo. A desconcentração de serviços para Vila Meã levou a que o Eng. Elvira da área da saúde e ambiente fosse para lá. Nunca pediu a nenhum funcionário submetido a concurso que mostrasse o cartão partidário.

Como não havia mais nenhum senhor deputado inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato à votação deste ponto da agenda de trabalho. Apuraram-se os seguintes resultados:

VOTOS CONTRA – 16

ABSTENÇÕES - 5

VOTOS A FAVOR – 59

O senhor Presidente da **Junta de Freguesia de Oliveira** fez uma declaração de voto, dizendo que se absteve porque a Câmara não cumpriu com a sua freguesia a promessa de uma obra, concretamente o Centro Escolar. Há também desagrado pela sua localização.

Os documentos foram também aprovados em minuta para produzir efeitos imediatos, por **Unanimidade**.

PONTO N° 8 – ANÁLISE, DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ADE- SÃO DO MUNICIPIO A AGÊNCIA DE ENERGIA DO TÂMEGA E SOUSA

Usaram da palavra os senhores:

DR. ADRIANO SANTOS – CDS/ PP

No uso da palavra o senhor deputado disse que o Executivo pretende aderir a uma associação pomposamente denominada de Agência que visa entre outros objetivos com definições mais genéricas, como sejam: apoiar os municípios na caracterização e monitorização do seu desempenho energético, promover a agência enquanto parceiro na promoção da eficiência energética nos setores económicos com maiores consumos de energia, através das soluções e tecnologias energéticas inovadoras, promover a introdução de tecnologias energéticas eficientes e energias renováveis no Tâmega e Sousa, para uma maior competitividade, potenciar as parecerias com vários atores chave no setor energético, aumentando a captação de investimento na região, informar e sensibilizar os cidadãos para a utilização racional da energia e as energias renováveis. As atividades prioritárias inscritas no plano estratégico para 2011/2015 da referida agência não passam de generalidades. Por um lado quando refere que é uma atividade prioritária a promoção de iniciativas tendo em vista o desenvolvimento de ações de formação dos técnicos das PME's nos domínios de utilização racional de energia, eficiência energética e energias renováveis. Por outro quando se pretende substituir às empresas que produzem e comercializam tecnologias energéticas quando a agência diz pretender levar a efeito "ações de promoção e divulgação das mais avançadas e inovadoras tecnologias energéticas tendo em vista a sua introdução no tecido empresarial da região". Dos documentos apresentados verifica-se que o modelo de financiamento assenta numa "mistura de mecanismos e origens das receitas que advém das múltiplas mais-valias e potencialidades que a organização possui", e apesar da tentativa de concretização da generalidade produzida com a tentativa de explicação através da caracterização das recitas agrupadas em cinco categorias o que é facto é que a experiência diz-nos que quem vai pagar é o contribuinte, através do orçamento de cada concelho. Terminou a sua intervenção dizendo que após a leitura dos documentos o CDS/PP não encontra benefícios na integração daquela associação, entende até que não é por esta via que se vai criar eficiência energética, definir políticas energéticas ou até combater o desemprego. O CDS vai abster-se na votação.

Por sua vez, o senhor deputado **FERNANDO CARNEIRO**, questionou a Câmara no sentido de saber onde vai ficar sedeadada a Agência?

O senhor deputado **ENG. VAN ZELLER** usou da palavra para dizer que se o assunto já foi discutido em reunião da Comunidade Intermunicipal do Tâmega, parece-lhe não fazer muito sentido ser aqui discutido.

DR. ARMINDO ABREU – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra disse que foi na reunião da Comunidade Intermunicipal do Tâmega que foi decidido aprovar a criação da agência. A Assembleia Municipal deve discutir a adesão. Por isso é que o assunto faz hoje parte da agenda de trabalho. Se Amarante decidir não a integrar, ela far-se-á só com os municípios que aderirem.

O Governo, não pode impor aos municípios que imponham delegações de competências às juntas de freguesia. É preciso saber se os

municípios vão poder ou não impor competências às freguesias. Mas quem melhor poderá explicar isso é o Dr. Miguel Relvas. Se assim for, isso irá contra os princípios da autonomia financeira dos municípios. É preciso antecipadamente saber quais são as atribuições e competências e só depois é que se poderá avançar com a reforma.

Amarante não se vai meter a fundo na reforma porque ela está pensada de pernas para o ar. Consubstancialmente as freguesias tem a mesma dignidade dos municípios. Porque é que não de ser os Presidentes de Câmara a meterem-se nisso? Isso é desrespeitar os Presidente da Junta de Freguesia. Percebe bem porque é que o Dr. Miguel Relvas quer que sejam os Presidentes de Câmara a fazer esse trabalho. Qualquer carta que receba nesse sentido vai arquivá-la. Se essa reforma vier a englobar municípios e freguesias a discussão já será diferente.

Ainda relativamente à Agência sabe-se que há experiências que resultaram. A agência de energia de Vila Nova de Gaia parece que é um bom exemplo. Amarante tem de decidir se sim ou não, até porque tem de fazer uma candidatura que decidirá a capacitação da própria agência. Era bom que no futuro esse agenceia tivessem a capacidade de fazer fiscalização, até porque o IEP não dá resposta às solicitações, para além de ter um poder desmesurado que pode favorecer porventura a corrupção.

A partir do momento que se falou em financiamentos comunitários para a elaboração de projetos de eficiência energética, apareceram empresas de consultadoria a um ritmo assustador.

Muitos municípios concorreram num primeiro concurso e mais tarde num segundo concurso foram convidados a corrigirem o primeiro, porque parece que tecnicamente não tinham valor científico nenhum. Para evitar alguma propaganda enganosa é que entende que devemos fazer parte da agência.

Terminou a intervenção dizendo que a coesão se cria passo a passo. Não se pode fazer por decreto. Isso consegue-se com o envolvimento de todos em conjunto. Mesmo que isso não venha a dar grandes resultados práticos, poderá pelo menos contribuir para a coesão dos municípios envolvidos neste ou noutros projetos. Disse ao senhor deputado Fernando Carneiro, que se ele tivesse lido os documentos com atenção tinha visto que sede da Agência será em Penafiel.

Como não havia mais ninguém inscrito para usar da palavra, passou-se de imediato à votação. Apuraram-se os seguintes resultados:

VOTOS CONTRA – 1 do senhor deputado Engenheiro Henrique Batista

ABSTENÇÕES – 3

VOTOS A FAVOR – 75

O assunto foi também aprovado em Minuta por Unanimidade.

Como não havia mais nenhum assunto para tratar relacionado com a agenda de trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos, quando eram zero horas e dez minutos. Da presente reunião foi lavrada a presente ata que depois de aprovada será assinada pelo senhor Presidente da Mesa e os seus Secretários.

O PRESIDENTE_____

O PRIMEIRO SECRETÁRIO_____

O SEGUNDO SECRETÁRIO_____